

## Os impactos da evolução do projeto sped em escritórios de contabilidade de Luziânia – GO

### The evolution of the sped project in accounting offices In Luziânia - GO

Daniel Fernandes de Sousa<sup>1</sup>

Matheus de Jesus Amorim<sup>2</sup>

Maria das Dores Araújo Evaristo Costa<sup>3</sup>

Izabela Calegario Visentin<sup>4</sup>

Flávia Moreno Alves de Souza<sup>5</sup>

28

**Resumo:** Com o intuito de modernizar a transmissão de informações fiscais e contábeis dos contribuintes para o fisco, surgiu o projeto Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), buscando padronizar as informações contábil e fiscais das empresas. Em constante atualização, torna-se possível o monitoramento dos dados dos contribuintes de forma cada vez mais completa e eficiente, diante disso, percebe-se o papel fundamental da classe contábil para o manuseio dessa ferramenta. O artigo tem por objetivo evidenciar os impactos na rotina dos

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Contábeis. E-mail: daniel.f.sousa@hotmail.com;

<sup>2</sup> Bacharel em Ciências Contábeis. E-mail: tatoamorim2013@gmail.com

<sup>3</sup> Professora do Curso de Ciências Contábeis. E-mail: maria.araujo@unidesc.edu.br

<sup>4</sup> Doutorado em Administração (FUMEC). Mestrado em Administração (FPL). Pós-graduação (aperfeiçoamento) em Gestão de Sala de Aula em nível superior (UNIDESC). Pós-graduação (aperfeiçoamento) em Gestão Estratégica de Pessoas (UES). Pós-graduação (aperfeiçoamento) em Metodologia do Ensino Superior (UES). Graduação em Administração (Machado Sobrinho). Técnico em Informática Industrial. (CTU/UFJF). Professora de Administração (UNIDESC/TECSOMA/UNIPAC/INESC). Professora de Pós-graduação (UNIDESC/FCJP). Coordenadora de Administração/Ciências Contábeis e Secretariado Executivo (UNIDESC/UNIPAC). Membro do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIS) na categoria de Avaliador de Instituições de Educação Superior e de Cursos de Graduação. E-mail: izabela.calegario@unidesc.edu.br

<sup>5</sup> 4 Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília - UnB. Mestre em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília - Unb. Master Business Administration em Planejamento e Gestão Empresarial, Master Business Administration em Gerência de Projetos. Graduada em Ciência Política pela UnB. Assessora do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde. Experiência na área de Pesquisa e Desenvolvimento tecnológico em HIV/Aids e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis. Atua na área de Gestão da informação e em Gerenciamento de projetos de pesquisa. Docente da Pós-Graduação AVM nas disciplinas de Gestão de Projetos e Processos em Hotelaria Hospitalar, Gerenciamento de Projetos, Estudos de caso de implantação de Gestão de Projetos, Processos e projetos: CBOK e PMBOK. Docente da Pós-Graduação Faculdade ICESP de Brasília na disciplina de Gerenciamento de Projetos. Docente da Graduação desta instituição.

Recebido em 25/02/2021

Aprovado em 17/05/2021

profissionais contábeis de escritórios de contabilidade da cidade de Luziânia-GO sobre a evolução do projeto SPED. Para alcançar o objetivo proposto, a metodologia utilizada foi de abordagem quantitativa de caráter exploratório, cujo a coleta de dados foi feita por meio de questionário. Aplicando os métodos citados, foram coletadas informações de 10 (dez) escritórios de contabilidade da cidade de Luziânia. Observa-se que a evolução do projeto SPED referente ao que diz respeito aos módulos EFD-Reinf e o E-social tiveram maior impacto na rotina dos escritórios contábeis, que utilizaram ferramentas como os sites de consultoria para adequarem-se às mudanças.

**Palavras-Chave:** Impacto; SPED; evolução; sonegação; escritório.

**Abstract:** In order to modernize the transmission of tax and accounting information from taxpayers to the tax authorities, the Public Digital Bookkeeping System (SPED) project was created, seeking to standardize companies' accounting and tax information. Constantly updated, it becomes possible to monitor taxpayers' data in an increasingly complete and efficient manner, given that, the fundamental role of the accounting class is perceived for the handling of this tool. The article aims to highlight the impacts on the routine of accounting professionals in accounting offices in the city of Luziânia-GO on the evolution of the SPED project. To achieve the proposed objective, the methodology used was an exploratory quantitative approach, whose data collection was done through a questionnaire. Applying the aforementioned methods, information was collected from 10 accounting offices in the city of Luziânia. It is observed that the evolution of the SPED project regarding the Efd-Reinf and E-social modules had a greater impact on the routine of the accounting offices, which used tools such as consulting sites to adapt to the changes.

**Keywords:** Impact; SPED; Evolution; Evasion; Office.

## INTRODUÇÃO

O projeto SPED trata-se de um instrumento criado pelo governo com o objetivo de acompanhar e fiscalizar as empresas comerciais, cujo principal objetivo é a integração dos fiscos municipais, estaduais e da União, por meio de compartilhamento de todos os dados fiscais e contábeis de forma padronizada. Desde sua implantação o projeto SPED vem constantemente ampliando e otimizando suas diversas ferramentas, onde busca por meio de cruzamento das informações contábil e fiscal combater a sonegação fiscal.

Criado com o intuito de acompanhar a evolução da contabilidade, visto que essa ciência contábil tem como campo de aplicação identificar todos os fatos ocorridos em uma entidade que afetam o seu patrimônio e situação financeira e econômica, se tornando essencial para o auxílio na tomada de decisões conforme a sua utilização. Tal evolução ocorreu devido a implantação da tecnologia da informação, no qual o trabalho do profissional contábil tornou-se mais gerencial, já que os sistemas contábeis fazem todo o procedimento burocrático.

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) foi instituído pelo governo federal em 22 de janeiro de 2007 com o objetivo de informatizar a relação entre o fisco e os contribuintes. Com isso ocorreu uma modernização no método que as empresas enviam todas as suas informações fiscais e contábil, reduzindo assim os custos com a emissão de papéis e gerando um benefício com a simplificação e agilização dos procedimentos, já que o SPED unifica todas as informações, diferente do método antigo no qual as empresas tinham que enviar várias documentações seguindo regras específicas para cada solicitação do fisco (RECEITA FEDERAL, 2011).

Diante do exposto, o presente trabalho tem como problemática evidenciar quais os impactos do projeto SPED nos escritórios de contabilidade de Luziânia-GO. Tem por objetivo evidenciar os impactos na rotina dos profissionais contábeis de escritórios de contabilidade da cidade de Luziânia-GO. Para alcançar o objetivo aqui proposto, foi realizada uma pesquisa por meio de levantamento de dados do tipo exploratória, utilizando-se do método de coleta de dados por questionário. Assim, será observado a sua aplicação em escritórios de contabilidade de Luziânia-GO, com proposições de medidas para uma melhor utilização e adaptação às atualizações do projeto SPED.

Espera-se com essa pesquisa realizar estudos sobre o projeto SPED, investigando a sua conceituação e subprojetos integrantes, expondo o objetivo de sua criação e como a sua aplicação influenciou sobre o combate da sonegação fiscal.

**Objetivo Geral:** Evidenciar os impactos na rotina dos profissionais contábeis de escritórios de contabilidade da cidade de Luziânia-GO sobre a evolução do projeto SPED.

**Objetivos Específicos:**

- Definir o conceito do projeto SPED e o objetivo de sua criação;
- Descrever sobre os subprojetos integrantes do projeto SPED;
- Especificar a influência do projeto SPED sobre o combate à sonegação fiscal; e
- Mapear as vantagens e desvantagens do projeto SPED para o contador, contribuinte e governo.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### CRIAÇÃO DO PROJETO SPED

Segundo Canha (2018) o encontro realizado em 2005 aprovou protocolos que promoviam o desenvolvimento de meios e instrumentos de administração tributária, assim seriam então implantados a Nota Fiscal Eletrônica e o Sistema Público de Escrituração Digital

(SPED).

Em 22 de janeiro 2007 foi publicado o Decreto nº 6.022 no qual surgiu o SPED, conceituando o projeto SPED:

Art. 1º - Fica instituído o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED

Art. 2º – O SPED é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações (BRASIL, 2007).

Guerra (2017) verificou que o projeto SPED trata-se de um sistema do governo, instituído pelo Decreto nº 6.022 de 22 de janeiro de 2007, que atua em diversos meios de escrituração de dados, possuindo também seus subprojetos, promovendo a modernização e aperfeiçoamento da maneira com que as informações fiscais e contábeis, antes registradas em grande volume de papel, agora sejam transmitidas de forma eletrônica.

Tamanho modernização exigiu uma nova infraestrutura tecnológica no setor público para a recepção e armazenagem tamanha quantidade de dados. Os subprojetos do projeto SPED são: a Nota Fiscal eletrônica, Conhecimento de Transporte eletrônico, Nota Fiscal de Serviços eletrônica, Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e), Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e), e-Financeira, E-social, Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Contábil Fiscal (ECF), Escrituração Fiscal Digital Contribuições, Escrituração Fiscal Digital do ICMS/IPI (SILVA; *et al.*, 2018).

### **Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)**

Conforme Pereira (2014) a Nota Fiscal Eletrônica é um documento eletrônico nos padrões da MP 2.200/01 criado para substituir o antigo modelo de nota que era emitido em papel, tornando mais simples o preenchimento de dados nas obrigações acessórias e facilitando o monitoramento de operações por parte dos órgãos fiscalizadores. A NF-e é certificada com assinatura digital assegurando a origem dos dados emitidos.

### **Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e)**

O Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) é um documento eletrônico que assim como a NF-e tem sua certificação através de assinatura digital e possui outras características semelhantes, porém o CT-e é específico para documentar as prestações de serviço de transporte de cargas independente veículo utilizado (CARVALHO, 2018).

### **Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e)**

Podemos caracterizar a Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) como uma documentação referente a prestação de serviços emitida de forma eletrônica e transmitida para as prefeituras, Receita Federal e demais órgãos responsáveis, com o objetivo de aperfeiçoar a gestão pública através da padronização das informações referentes a serviços prestados e do Imposto Sobre Serviço (ISS) por parte dos contribuintes (ELZER; HOELSCHER; SONTAG, 2019).

### **Escrituração Contábil Digital (ECD)**

É possível conceituar a Escrituração Contábil Digital como uma obrigação acessória cujo objetivo é a transmissão em formato digital dos livros Diário, livro Razão e seus respectivos auxiliares, livro Balancete Diário, Balanço Patrimonial. Através da ECD e da NF-e o fisco obteve maior controle ao cruzar as informações com demais obrigações acessórias possibilitando a detecção de casos de evasão fiscal (CARVALHO, 2018).

### **Escrituração Fiscal Digital do ICMS e do IPI (EFD-ICMS/IPI)**

A EFD-ICMS/IPI transmite ao fisco de forma virtual os seguintes livros de Registro de Entradas e Saídas, Registro de Apuração do ICMS, Registro de Apuração do IPI, Controle de Crédito de ICMS do Ativo Imobilizado – CIAP e o Registro de Inventário (ALMEIDA; SOARES; OLIVEIRA, 2017).

### **Escrituração Fiscal Digital Contribuições (EFD-Contribuições)**

A EFD-Contribuições primeiramente chamada de EFD PIS-COFINS tem como intuito transmitir por meio eletrônico um arquivo contendo registros referentes a apuração do PIS e da COFINS e Contribuição previdenciária as Receita Bruta, sua transmissão ao fisco é feita via certificação digital (ZLUHAN; PETRI; ROSA, 2017).

### **Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf)**

De acordo com Souza (2018) no EFD-Reinf são preenchidos os dados destinados a contribuições previdenciárias. Essa obrigação acessória unifica diversas obrigações acessórias tornando mais simples a transmissão das informações referentes a retenções da contribuição não relacionadas ao trabalho e referentes a receita bruta, ou seja, retenções de contribuições

sociais e de imposto de renda.

### **Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (E-social)**

O E-social tem como objetivo simplificar e unificar a transmissão dos dados referentes a obrigações previdenciárias e trabalhistas ao fisco. Esta ferramenta foi criada para que fossem enviadas em conjunto as informações contidas em 15 obrigações acessórias. Este sistema assegura que os direitos trabalhistas e previdenciários sejam devidamente cumpridos (VIEIRA, 2019).

### **MDF-e**

O Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e) foi instituído com o objetivo de implantar um modelo de documento fiscal eletrônico para substituir o sistema de emissão em papel. Este documento deve ser emitido apenas por instituições que prestam serviço de transporte para os casos em que houverem mais de um CT-e, em casos de contratação de motorista autônomo com mais de uma Nf-e (SALES, 2016).

### **e-Financeira**

A e-Financeira trata-se de uma obrigação acessória pela qual são registradas informações sobre operações financeiras e transmitidas ao fisco de forma eletrônica pela instituição financeira sem que o contribuinte saiba, desde que ocorra algum dos casos informados no art. 5º da IN RFB nº 1.571/15 (JANINI, 2017).

### **ECF**

A Escrituração Contábil Fiscal diferentemente da ECD tem como objetivo a transmissão de dados que influenciam na apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social, sejam esses dados contábeis ou fiscais (TSUKAMOTO, 2019).

### **NFC-e**

Com o intuito de substituir os cupons fiscais a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica, documentando operações comerciais destinadas ao consumidor final de forma eletrônica, diferente de quando eram utilizados os cupons fiscais pelos quais eram impressos. Desta forma gerando economia de recursos e tornando mais eficiente e ágil o processo de gestão de informação sobre as vendas (CRUZ; AMARAL; SILVA, 2019).

Desta maneira, o projeto SPED surgiu da necessidade do governo de modernizar a sua gestão de informação captada de seus contribuintes, aumentando o controle e tornando mais

eficaz a análise erros e fraudes por meio das obrigações acessórias, transmitindo as informações de forma digital. O projeto SPED possui diversos subprojetos integrantes, cada um desempenhando uma função específica seja no controle ou captação de informações das empresas. Desta forma gerando diversos benefícios como uma eficiente gestão de dados públicos referente às empresas, redução do uso de papel, maior praticidade no preenchimento das obrigações acessórias, redução de dados incorretos auxiliando no combate à sonegação fiscal. O projeto SPED funciona de forma integrada a todas as esferas de governo.

### **O PROJETO SPED CONTRA À SONEGAÇÃO FISCAL**

O Brasil possui uma grande carga tributária, sendo alvo de grandes índices de sonegação. Diante desse cenário o fisco percebeu a necessidade de buscar um método fiscal atualizado. Para isso, o governo utilizou a tecnologia ao seu favor, criando formas de fiscalização através de cruzamento de todos os dados dos contribuintes, assim sendo possível identificar qualquer tipo de fraude com uma maior facilidade, assim sendo criado o projeto SPED (NUNES, 2012).

Segundo Souza (2014) o projeto SPED tem como finalidade a troca de informações entre os fiscos federais, estaduais e municipais, promovendo a reestruturação do sistema tributário no Brasil. O sistema foi criado inicialmente com o objetivo de findar com a sonegação fiscal e buscar agilidade na captação de informações para facilitar a fiscalização. Após a sua implantação o sistema tornou-se eficaz quanto ao seu objetivo, sendo reduzido de forma significativa a sonegação fiscal no país.

Portanto, o próprio governo classifica o SPED como uma ferramenta de prevenção de fraudes (RECEITA FEDERAL, 2011). “O site do SPED destaca que este é um sistema que auxilia no combate à sonegação através do cruzamento de dados, o qual evita a possibilidade de envolvimento involuntário em fraudes” (MENDONÇA; GALVÃO; LESSA, 2019, p. 26).

Baldini; Carvalho (2016) reforçam a importância do SPED na luta contra a sonegação fiscal, já que o uso das ferramentas tecnológicas trouxe uma maior transparência nos dados fiscais da empresa, dificultando assim qualquer tipo de tentativa de fraude dos contribuintes, pois todas os dados tributários constam no projeto em si, deixando mais segura as informações passadas ao fisco por meio de certificado digital.

O projeto SPED atribuiu responsabilidades aos seus contribuintes, demandando maior capacitação aos responsáveis pelo seu envio aos órgãos responsáveis. Tanto que a transmissão

de dados, rapidez e segurança no envio das informações contábeis impossibilitando alguma sonegação possível (PEREIRA; BETARESSI, 2019).

Glória; Takaishi (2018, p. 48) reforçam que

Uma das principais propostas do SPED, sem dúvidas é a possibilidade ao fisco de uma fiscalização mais efetiva sobre os contribuintes e suas contribuições, por meio de sua integralização entre os órgãos fiscalizadores, que permite a consulta e cruzamento dos dados para fiscalização. Além do recebimento padronizado e rápido das informações que possibilita verificação sistemática do histórico das informações prestadas pelo contribuinte (GLÓRIA; TAKAISHI, 2018, p. 48).

Em uma nova atualização da Receita Federal, foi divulgado em setembro de 2020, uma nova adaptação no cruzamento de informações, sendo relacionadas todas as operações na ECF, e receitas constantes nas NF-e, RFD-ICMS/IPI e EFD-Contribuições. Assim todas as informações fiscais e contábeis estão sendo cruzadas, dificultando mais ainda qualquer tentativa de sonegação (RECEITA FEDERAL, 2020).

Uma das principais formas de combate à sonegação fiscal foi a criação da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), implementada no projeto SPED. Dourado; Simões (2015) explicam que a NF-e é um documento emitido de forma eletrônica com o intuito de documentar uma operação de circulação de mercadorias ou uma prestação de serviços, sendo validado por uma assinatura digital e seus dados sendo automaticamente repassados ao fisco. Assim, o objetivo do governo de criar a NF-e é de reduzir a sonegação de tributos, já que inúmeras empresas não emitiam nenhum tipo de nota fiscal, buscando aumento dos lucros.

Face ao exposto, o projeto SPED se tornou a maior ferramenta do governo para a erradicação da sonegação fiscal no país, já que toda a informação fiscal e contábil é repassada ao fisco por meio eletrônico, e com a implantação na Nota Fiscal Eletrônica somada a obrigatoriedade que todos os prestadores de serviços e operações de circulações de mercadorias, sendo que seus dados são enviados automaticamente ao fisco, combatendo assim a manipulação de documentos e gerando maior confiabilidade aos dados contidos, pois não há nenhum risco de falha humana. O projeto também trouxe vários benefícios para toda a contabilidade, informatizando todas as informações necessárias, assim facilitando o trabalho do Governo ao combate de sonegações e algumas desvantagens em relação a dificuldade de implantação de todas essas alterações.

## VANTAGENS E DESVANTAGENS DO PROJETO SPED PARA O CONTADOR,

**CONTRIBUINTE E GOVERNO**

Uma pesquisa realizada por Araújo (2019) concluiu que o projeto SPED trouxe uma série de benefícios para o contador através de sua simplificação para cumprir com as obrigações acessórias do fisco, juntamente com a diminuição de erros manuais de lançamentos. Também foi observado um ganho de tempo, já que operações que eram realizadas de forma manual são facilmente concluídas através da evolução digital sistêmica. Porém, há ainda muitos erros na transmissão dos arquivos e muitos contadores ainda não se sentem valorizados, não recebendo o seu reconhecimento.

Sales; Pinto (2017) constataram que para o profissional contábil pode ser citado como benefício maior praticidade e agilidade no momento do preenchimento de obrigações acessórias, além da economia que o arquivo digital possibilita por não precisar de papel. Também foi percebido menor índice de erros e uma melhora considerável na fidelidade dos dados preenchidos, combatendo a sonegação.

Demais desvantagens encontradas em escritórios contábeis foram o aumento da fiscalização e uma demanda maior de tempo para adaptação as novas regras solicitadas, sendo através de cursos presenciais para o projeto SPED o principal método para atualização e aprendizagem (OLIVEIRA; *et al.*, 2016).

O projeto SPED é composto por vários subprojetos. O mais recente é o EFD-Social, ou E-social, um sistema que abrange a folha de pagamento e as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de todos os empregados de uma empresa, no qual todas as suas informações são repassadas ao Ministério do Trabalho. Assim, ainda há uma dificuldade dos profissionais contábeis na implantação desse sistema, tendo como principal desafio a mudança cultural nas empresas, a qualificação de pessoal e a implementação de um sistema informatizado apropriado (FILIPIN; *et al.*, 2016).

Vieira; Anjos (2019) analisaram que o E-social também trouxe benefícios, conseguindo melhorar a questão da transmissão de informações do contribuinte, contendo dados básicos da estrutura administrativa. Todavia, é função dos profissionais pela inserção de dados, sendo necessário um treinamento para realizar um procedimento correto.

Para os contribuintes, Santos (2017) observou a relação de dificuldades na implantação do projeto SPED, onde as empresas tiveram que se adaptar adquirindo novas ferramentas de gestão financeira com o suporte necessário para que as exigências do fisco fossem atendidas,

como por exemplo, na procura por um sistema de controle financeiro com estrutura suficiente para armazenar dados e transmitir informações ao fisco eletronicamente.

Pela percepção dos contribuintes a implementação do projeto SPED ameniza consideravelmente os níveis de erros e fraudes por parte de quem emite as notas fiscais eletrônicas e de custos já que os documentos ficam no ambiente virtual. Porém enfrentam também dificuldades, pois para operar eficientemente diante das obrigações acessórias necessitam de conhecimento prévio acerca do assunto, sentem dificuldade também quanto aos prazos e atualizações nos leiautes dos programas (GONÇALVES; SILVA, 2019).

Portanto, até mesmo a Receita Federal teve dificuldades com a aplicação do projeto SPED, pois mesmo após treinamentos os funcionários do órgão ainda tiveram que criar uma rede multidisciplinar chamada “Seminário Nacional do SPED” devido à falta de conhecimento sobre o assunto (COSTA; *et al.*, 2010).

Portanto, percebe-se que as exigências do governo perante o projeto SPED causou um grande impacto na rotina do profissional contábil, sendo relacionadas a falta de conhecimento técnico e a falhas técnicas presentes no sistema da Receita Federal. As frequentes mudanças na legislação somada ao curto prazo para entrega dos arquivos solicitados pelo fisco dificultam bastante o desempenho do profissional, tendo que se manter atualizado diariamente seguindo uma rotina para que não perca prazos ou envie arquivos errôneos. Tem-se como benefício a agilização dos processos que envolvem o cumprimento de obrigações acessórias e maior segurança, além da extinção de erros manuais.

## MÉTODOS

O método utilizado no presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, com abordagem quantitativa. Gerhardt; Silveira; Tolfo (2009) definem uma pesquisa exploratória com o objetivo de mostrar familiaridade com o problema, com a intenção de torná-lo explícito ou construir hipóteses. Garcia (2015) enfatiza que a pesquisa exploratória busca se habituar com os fenômenos surgidos durante a pesquisa, explorando os próximos passos com maior precisão.

Paschoarelli; Medola; Bonfim (2015) demonstram que na abordagem quantitativa, o pesquisador seleciona um grupo alvo que servirá de amostra e utiliza de métodos como testes, questionários com perguntas objetivas, sendo previamente estruturado com o intuito de

assegurar de que não ocorra incompreensão dos dados e em seguida analisados de forma objetiva por intermédio de métodos estatísticos. Os resultados da amostra são generalizados para obter a perspectiva da realidade do grupo alvo da pesquisa como um todo.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, o método de pesquisa será feito por levantamento. Gil (2002) ressalta que as pesquisas deste tipo são classificadas como uma interrogação do que se pretende conhecer, no qual se solicita informações a um grupo determinado de pessoas acerca de um problema estudado, para ser analisado quantitativamente obtendo conclusões acerca dos dados coletados.

A coleta de dados será realizada por meio de questionário. Chagas (2000) esclarece questionário como um instrumento de coleta de dados constituído por perguntas que devem ser respondidas sem a presença do pesquisador com o objetivo de levantar opiniões e expectativas.

O questionário é um conjunto de questões formuladas e anotadas pelo pesquisador, com perguntas ordenadas das mais simples às mais complexas seguindo a mesma linha de interpretação, respeitando o nível de conhecimento do informante. Assim, os questionários e formulários são os instrumentos mais práticos para pesquisas relacionadas a quantificação, sendo fáceis de codificar e tabular os seus resultados, proporcionando comparações com outros dados relacionados ao tema pesquisado (GERHARDT; SILVEIRA; TOLFO, 2009).

Corroborando a abordagem da pesquisa, o estudo irá utilizar a técnica de análise quantitativa. Bardin (1979, p. 42) conceitua tal análise como

um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1979, p. 42).

Esta pesquisa foi submetida ao comitê de ética em pesquisa com seres humanos das Faculdades Promove de Brasília. A aplicação da pesquisa ocorreu no período de outubro de 2020.

## RESULTADOS

O presente artigo, teve como alvo identificar os impactos do projeto SPED nos escritórios de contabilidade de Luziânia-GO. A pesquisa contou com uma amostra de dez escritórios contábeis localizados no município de Luziânia. Tais escritórios atendem empresas dos mais diversos ramos de atividade, de pequena a grande porte, enquadradas nos regimes tributários do Simples Nacional, Lucro Presumido.

O questionário aplicado buscou identificar o perfil dos entrevistados e os impactos do projeto SPED. O processo de coleta de dados ocorreu entre os dias 01 de outubro de 2020 até 19 de outubro de 2020 por meio de formulário eletrônico (Google Forms), sendo enviado ao público-alvo por canais de comunicação como e-mail e redes sociais.

Partindo para análise dos dados coletados, na tabela 1 abaixo encontra-se o perfil detalhado de cada entrevistado. A partir da análise individual dos perfis, observa-se que 60% dos escritórios entrevistados são de grande porte, com 16 ou mais funcionários; tratando-se da carteira de clientes, 50% possuem mais de 151 empresas atendidas e a maior parte dos entrevistados eram também escritórios com mais de 16 anos de tempo de atividade. Analisando as empresas atendidas por regime de tributação, verificou-se que 60% delas são do Simples Nacional, 30% do Lucro Presumido e 10% do Lucro Real.

Tabela 1 – Perfil dos Entrevistados

INDICADORES	MÁXIMO	(%)	MÉDIO	(%)	MÍNIMO	(%)
QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS	16 ou mais	60%	1 a 5	20%	6 a 10	10%
EMPRESAS ATENDIDAS	151 ou mais	50%	1 a 50	20%	51 a 100	10%
TEMPO DE ATIVIDADE	16 anos ou mais	50%	6 a 10 anos	30%	1 a 5 anos	10%
EMPRESAS POR REGIME TRIBUTÁRIO	Simples Nacional	60%	Lucro Presumido	30%	Lucro Real	10%

Fonte: Dados obtidos por meio de questionário aplicado.

Partindo para análise dos impactos, a pesquisa buscou avaliar o nível de impacto da implantação das rotinas dos escritórios contábeis. Os dados representados na tabela 2 abaixo referem-se à percepção dos entrevistados a respeito de qual subprojeto do SPED gerou maiores dificuldades em sua implantação ou que necessitou uma adaptação mais significativa na rotina do escritório de contabilidade.

Tabela 2 – Nível de impacto na implantação e rotina do projeto SPED dentro do escritório contábil

Indicadores	Pouca	Média	Alta	Não Se Aplica
ECD	1	7		2
ECF	2	6		2
EFD-ICMS/IPI	3	2	5	
EFD-Contribuições	4	4	1	1
EFD-Reinf	1	8	1	
E-Social	4	1	4	1
MDF-e	2	5		3
E-Financeira	2	1	1	6

Fonte: Dados obtidos por meio de questionário aplicado.

A tabela 2 apresenta que segundo os entrevistados, o EFD-ICMS/IPI e seguido do E-social foram os subprojetos que tiveram maior impacto em sua implantação. Demonstrando assim a complexidade do manuseio dessas ferramentas devido ao número de informações exigidas por essas obrigações acessórias.

A pesquisa buscou avaliar também o grau de impacto das mudanças dessas rotinas no escritório de contabilidade. para isso foi solicitado aos entrevistados que indicassem o nível de impacto de cada subprojeto do Projeto SPED na rotina dos escritórios contábeis.

Tabela 3 – Impacto das mudanças nas rotinas dos escritórios contábeis

Indicadores	Pouca	Média	Alta	Não Se Aplica
ECD	2	2	4	2
ECF	2	2	4	2
EFD-ICMS/IPI	1	5	4	
EFD-Contribuições	2	3	4	1
EFD-Reinf	1	4	5	
E-Social	2	1	5	2
MDF-e	1	3	2	4
E-Financeira	1	2	1	6

Fonte: Dados obtidos por meio de questionário aplicado.

Conforme apresentado na tabela 3 acima, a maioria dos entrevistados indicaram o E-social e o EFD-Reinf como sendo os subprojetos de maior impacto nas rotinas de seus escritórios contábeis. O resultado pode se justificar pelo fato de que ambas as obrigações acessórias

necessitam de uma ligação entre os departamentos contábil, fiscal e RH para que essas informações sejam sincronizadas para que atendam às exigências do fisco. Conexão essa que muitas vezes não ocorre entre os departamentos por se tratar de áreas diferentes.

Souza (2018) ressalta que no EFD-Reinf é uma obrigação acessória que unifica diversas obrigações acessórias tornando mais simples a transmissão das informações referentes a retenções da contribuição não relacionadas ao trabalho e referentes a receita bruta, ou seja, retenções de contribuições sociais e de imposto de renda.

Quando indagados sobre a facilidade de adaptação dos subprojetos existentes, as opiniões dos entrevistados se mostraram divididas quanto aos subprojetos de alto grau de facilidade, contudo tratando-se do baixo grau de facilidade os entrevistados reafirmaram o resultado apresentado na tabela 3, indicando que a EFD-Reinf e o E-social o grau de dificuldade na adaptação dos escritórios contábeis a essas ferramentas.

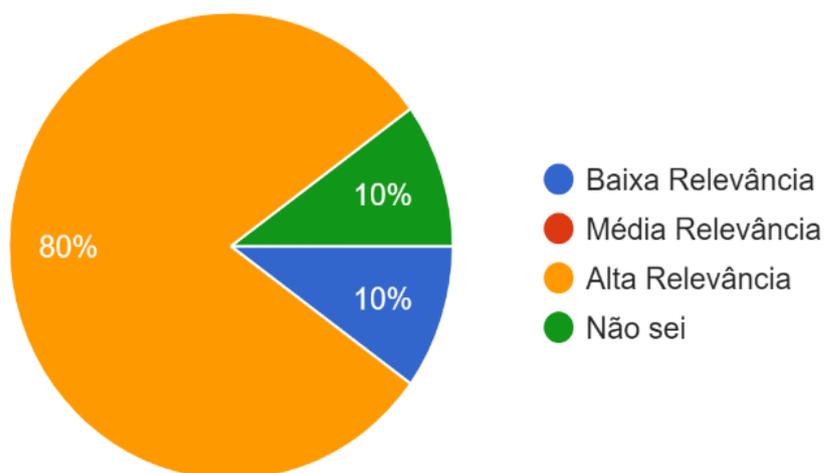
Tabela 4 – Nível de facilidade de adaptação aos subprojetos existentes

Indicadores	Pouca	Média	Alta	Não Se Aplica
ECD	2	5	1	2
ECF	2	6		2
EFD-ICMS/IPI	4	3	3	
EFD-Contribuições	1	6	1	2
EFD-Reinf	5	4	1	
E-Social	6	1	1	2
MDF-e	3	2	1	4
E-Financeira	2	1	1	6

Fonte: Dados obtidos por meio de questionário aplicado.

Tendo em vista que o projeto SPED exerce papel fundamental no controle e averiguação da fidedignidade das informações declaradas pelos contribuintes, foi direcionada aos entrevistados da presente pesquisa um levantamento da percepção deles quanto ao grau de relevância do projeto SPED no combate à sonegação fiscal.

Gráfico 1 – Grau de relevância do projeto SPED no combate à sonegação fiscal

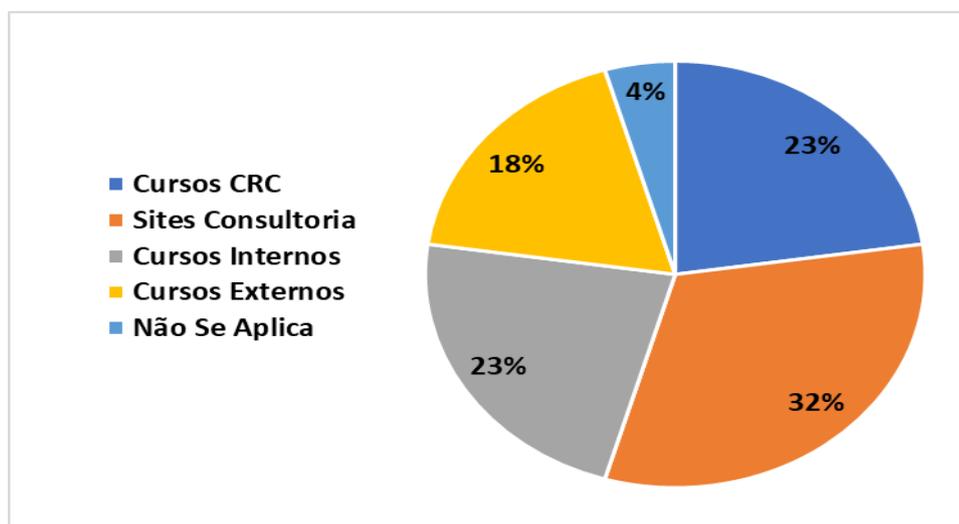


Fonte: Dados obtidos através de questionário aplicado.

Conforme evidenciado no Gráfico 1 acima, 80% dos entrevistados avaliaram que o projeto SPED apresenta alta relevância no combate à sonegação fiscal. Contra 20% que se consideraram de baixa relevância ou não souberam responder.

Considerando o resultado apresentado, é perceptível que ainda há contadores que não reconhecem a relevância das informações colocadas nas obrigações acessórias. Vale a pena ressaltar que a Receita Federal utiliza essas informações para cruzamento de dados, sendo divulgado em setembro de 2020, uma nova adaptação no cruzamento de informações, sendo relacionadas todas as operações na ECF, e receitas constantes nas NF-e, RFD-ICMS/IPI e EFD-Contribuições. Assim todas as informações fiscais e contábeis estão sendo cruzadas, dificultando mais ainda qualquer tentativa de sonegação (RECEITA FEDERAL, 2020).

Gráfico 2 – Formas que os escritórios se atualizam para se manterem atualizados diante da frequente evolução do Projeto SPED



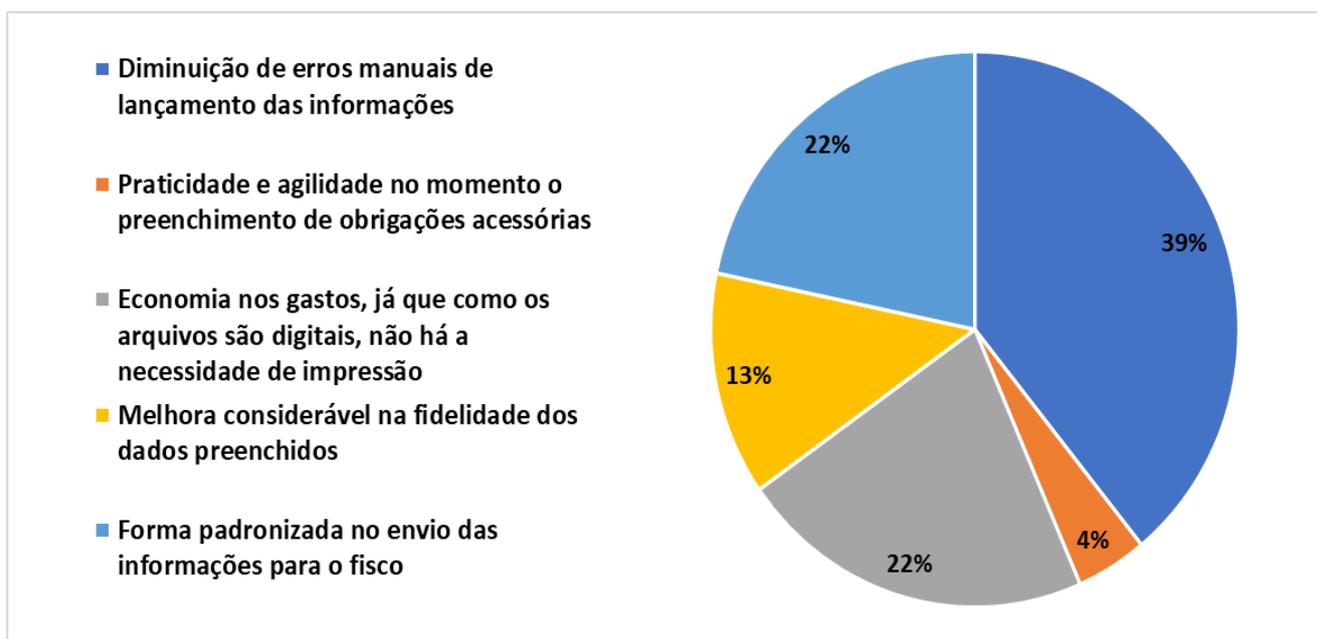
Fonte: Dados obtidos através de questionário aplicado.

Buscando entender como os entrevistados se capacitam sobre as atualizações do projeto SPED, foi verificado que 32% dos escritórios utilizam sites de consultoria como fonte de atualização, 23% utilizam os cursos que o Conselho Regional de Contabilidade – CRC disponibiliza, e 23% se capacitam através de cursos realizados dentro do próprio escritório, sendo compartilhado conhecimento entre os profissionais contábil, visto que eles buscam constantes atualizações para adaptação as novas regras solicitadas. Apenas 18% dos escritórios recorrem a cursos externos.

Para Oliveira; *et al.* (2016) os cursos presenciais são o principal método para atualização de aprendizagem. No entanto, considerando os dias atuais, devido a pandemia, os escritórios contábeis em geral buscam capacitação por meio de cursos virtuais e sites de consultoria, conforme demonstrado no gráfico 2.

Finalizando o questionário, buscou-se relacionar os benefícios que o projeto SPED trouxe aos escritórios contábeis na visão dos entrevistados, onde cada um deles pode marcar até três dos benefícios apontados.

Gráfico 3 – Relação dos principais benefícios que o projeto SPED trouxe aos escritórios contábeis



Fonte: Dados obtidos através de questionário aplicado.

O gráfico 3 acima demonstra que 39% declararam que houve uma diminuição de erros manuais de lançamento das informações. Dando veracidade a pesquisa realizada por Araújo (2019), onde afirma que o projeto SPED trouxe uma série de benefícios para o contador através de sua simplificação para cumprir com as obrigações acessórias do fisco, juntamente com a diminuição de erros manuais de lançamentos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresenta sua relevância devido ao fundamental papel dos profissionais contábeis perante a utilização e conhecimento acerca das plataformas integrantes do SPED, projeto instituído pelo governo federal visando a modernização e integração entre as esferas do governo para compartilhamento de dados contábeis e fiscais dos contribuintes, contribuindo no combate à sonegação fiscal através do cruzamento dos dados informados por meio desta ferramenta e os documentos fiscais emitidos. Assim as informações que antes eram registradas em grande número de papel passaram a ser realizadas de forma eletrônica, sendo validade via certificado digital, promovendo assim numa forma mais eficiente para o fisco identificar

qualquer irregularidade nos arquivos entregues.

O presente artigo trata-se de uma pesquisa exploratória, de abordagem quantitativa, cujo a coleta de dados foi executada por meio de questionário direcionado a contadores responsáveis por escritórios de contabilidade localizados na cidade de Luziânia-GO. Foram utilizados indicadores como tabelas e gráficos para a composição da análise de resultados para melhor recepção das informações coletadas, apresentando-as pelo método quantitativo e a literatura como embasamento para compreensão e adequada análise dos dados coletados por meio do questionário.

A literatura do presente artigo promoveu maior compreensão sobre a criação, objetivo e evolução das ferramentas relacionadas ao SPED e seu fundamental papel perante a identificação de inconsistências de dados apresentados ao governo que por sua vez podem ser caracterizados como sonegação fiscal. Evidenciando a maneira como são confrontadas estas informações e os benefícios provindos da transmissão destes dados à receita por meio das plataformas integrantes do projeto SPED.

Pode-se constatar que os objetivos expressos neste artigo foram alcançados, pois foram evidenciados os impactos nas rotinas dos profissionais contábeis da cidade de Luziânia-GO a respeito da evolução do projeto SPED, assim identificando quais subprojetos foram de maior dificuldade para implantação e adaptação. Além disso, foi observado o grau de entendimento sobre a relevância do SPED no combate à sonegação fiscal e como as empresas se capacitam sobre as atualizações do projeto.

Sendo assim, este estudo possui informações que podem contribuir para o conhecimento dos profissionais contábeis que já trabalham com estas ferramentas e principalmente para os profissionais que ainda irão utilizar destas ferramentas fornecidas pelo governo federal, que exigem dos contadores conhecimento e constante treinamento acerca do assunto visto que o projeto SPED está em constante atualização. Colabora também com o conhecimento dos contribuintes, de quem os dados são extraídos e transmitidos ao governo, conscientizando da importância da apresentação de seus dados de forma fidedigna, evitando irregularidades perante a receita ou até mesmo punições por dados omitidos ou incoerentes com a realidade.

Como fator limitante da pesquisa, pode-se considerar o fato de os dados terem sido coletados de apenas dez escritórios contábeis da região, visto que se houvesse a realização do estudo em uma quantidade maior de escritórios responsável pelas empresas localizadas em Luziânia-GO resultaria em dados mais precisos e também nem todos os entrevistados serem

familiarizados com todos os módulos do projeto SPED, o que caso contrário poderia contribuir para que as respostas fossem de maior precisão e relevância.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D.P.; SOARES, W.F.; OLIVEIRA, J.J.B. **Os benefícios da implantação da efd icms/ipi para os contadores da área central de Porto Velho-RO.** Porto Velho, 2017. p. 2.

ARAÚJO, Rosicleide Alves Silva de. **IMPACTOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL: A PERCEPÇÃO DOS CONTADORES NOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE DE JOÃO PESSOA.** 2019.

BALDINI, Alfredo; CARVALHO, Fábio Luiz de. **SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL SPED FISCAL – VANTAGENS E IMPORTÂNCIA.** 2016

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1979.

BRASIL, Receita Federal do. **Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. Institui o Sistema Público de Escrituração Digital.** Brasília, 2007.

BRUCHÊZ, Adriane et al. Metodologia de Pesquisa de Dissertações sobre Inovação-análise bibliométrica. **MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO**, v. 15, 2015.

CANHA, Caroline. **Estudo aplicado ao processo de cruzamento de dados do Sped.** Curitiba, 2018. p.19-21.

CARVALHO, Adson Ferreira de. **A Era Digital e suas contribuições para a Contabilidade: evolução histórica dos processos contábeis.** Amazonas, 2018. p.8.

CHAGAS, Anivaldo Tadeu Roston. O questionário na pesquisa científica. **Administração on line**, v. 1, n. 1, 2000.

COSTA, A.J.D. et al. **Sistema Público de Escrituração Digital (SPED): A nova tecnologia de informação da área contábil e fiscal.** *Etic - Encontro de Iniciação Científica - ISSN 21-76-8498*. Presidente Prudente, 2010.

CRUZ, G. R; AMARAL, E. C. A; SILVA, F. L. **PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED): O IMPACTO DO SPED NA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO.** São Francisco de Barreiras, 2019.

DOURADO, Antônio Tássio Seixas; SIMÕES, Lúcia Maria; PORTO, Francisco. **SPED COMO FERRAMENTA PARA INIBIR A SONEGAÇÃO DE IMPOSTO.** 2015.

ELZER, K; HOELSCHER, D.C.; SONTAG, A.D. **Os impactos da nota fiscal de serviço eletrônico nos municípios do Oeste do Paraná – Brazilian Journal of Development, Volume 5 número 4.** Curitiba, 2019. P. 3054.

FILIPIN, Roselaine; REICHERT, Natalia Sofia; BRIZOLLA, Maria Margarete Baccin; VIEIRA, Euselia Pavaglio. **IMPACTOS E BENEFÍCIOS DA IMPLANTAÇÃO DO EFD SOCIAL PARA OS PROFISSIONAIS DE ESCRITÓRIOS DE CONTÁBILIDADE.** 2016.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Plageder, 2009. GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, p. 44-45, 2002.

GLÓRIA, Abner Lázaro Sales; TAKAISHI, Deivid Karin Moraes. **A PERCEPÇÃO DOS OPERADORES CONTÁBEIS NA IMPLANTAÇÃO DO SPED NOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE NO MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU/PA.** 2018.

GONÇALVES, R.C.M.G.; SILVA, L.F.S.; **Prontidão para a tecnologia e percepção de seus benefícios como fatores de influência no atendimento às exigências do SPED – sistema público de escrituração digital.** Paraná – **Brazilian Journal of Development, Volume 5 número 7.** Curitiba, 2019. p. 8179.

GONÇALVES, Rosana C. M. Grillo; SILVA, Luiz Francisco Simões e. **Prontidão para a tecnologia e percepção de seus benefícios como fatores de influência no atendimento às exigências do Sped – sistema público de escrituração digital.** 2019.

GUERRA, Felipe. **Descomplicando o SPED: aspectos operacionais do sistema público de escrituração digital.** Fortaleza: Editora Fortes, 2017. p. 49-58.

JANINI, Tiago Cappi. **A e-Financeira, o direito de fiscalização e os direitos fundamentais dos contribuintes.** *Revista Brasileira de Direito, Passo Fundo*, vol. 13, n. 2, p. 256-272, **Mai.-Ago. 2017 - ISSN 2238-0604.** Passo Fundo, 2017.

MENDONÇA, Verônica de Andrade; GALVÃO, Nadielli Maria dos Santos; LESSA, Dionei de Souza. **ANÁLISE DO REFLEXO DO SPED NA ARRECADAÇÃO: UM ESTUDO NA CIDADE DE ITABAIANA E NO ESTADO DE SERGIPE.** 2019.

MIRANDA, Ester de Oliveira. **Sped contábil: um estudo sobre sua aplicabilidade e consequências no lucro presumido e lucro real.** Cuiabá, 2018. p.19.

NUNES, Fernanda de Oliveira. **FISCO FEDERAL E FISCO ESTADUAL, ALIADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO CONTRA A SONEGAÇÃO FISCAL.** 2012.

OLIVEIRA, Christian Vieira de; PEREIRA, Victor Hugo; MARTINS, Vidigal Fernandes; SILVA, Cristiano Moreira da. **PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO SPED.** 2016.

PASCHOARELLI, L. C.; MEDOLA, F. O.; BONFIM, G.H.C. **Características Qualitativas, Quantitativas e Quali-quantitativas de Abordagens Científicas: estudos de caso na subárea do Design Ergonômico.** Revista de Design, Tecnologia e Sociedade, vol.2, n.1. 2015.

PEREIRA, Sidinei. **Governança eletrônica na administração pública: estudo de caso sobre a nota fiscal eletrônica – NF-e.** Fortaleza, 2014. p. 11-14.

PEREIRA, Wendsson Farias; BETARESSI, Vlademir. **O IMPACTO DO SPED NA CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL CONTÁBIL FRENTE ÀS DECLARAÇÕES DE INFORMAÇÕES FISCAIS.** 2019.

RECEITA FEDERAL. **SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO FISCAL.** 2011. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pasta/show/10>. Acesso em: 10 maio 2020.

RECEITA FEDERAL. **Comunicado Sobre Malha Fiscal Pessoa Jurídica: Falta de Escrituração de Receitas no SPED.** Disponível em: <https://receita.economia.gov.br/noticias/ascom/2020/setembro/comunicado-sobre-malha-fiscal-pessoa-juridica-falta-de-escrituracao-de-receitas-no-sped>. Acesso em: 13 nov. 2020 TSUKAMOTO, Vitor Henrique Souza.

RUSCHEL, Marcia Erna; FREZZA, Ricardo; UTZIG, Mara Jaqueline Santore; PRADO, Otávio. **O impacto do sped na contabilidade desafios e perspectivas do profissional contábil.** Revista Catarinense de Ciências Contábeis - CRCSC, Florianópolis, v. 10, n. 29, p.10-11, abr. 2011. Quadrimestral, p. 74.

SALES, L.F.C.; PINTO, E. C.; **O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e os impactos sobre os profissionais contábeis.** Iturama, 2017.p. 72.

SOUZA, Jeruza. **O efd-reinf e sua relação com o esocial.** Criciúma, 2018. p. 2-8.

SALES, Laura Fernanda Chaves. **O SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED E OS IMPACTOS SOBRE OS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS.** Iturama, 2016.

SANTOS, Jaqueline Eloy dos. **A implantação do projeto SPED da receita federal e seu impacto nos escritórios de contabilidade do município de Porto Alegre – RS.** Porto Alegre, 2017. p. 13.

SILVA, A.L. et al. **Percepção dos contadores quanto às dificuldades de competência técnica para a implantação do SPED nas entidades de terceiro setor, em cumprimento à instrução normativa nº 1.510/2014.** Revista ambiente contábil - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Vol. 10. n. 1, jan./jun. 2018. Natal, 2018. p.352.

SOUZA, Samille Freitas de. **O PROJETO SPED DO GOVERNO FEDERAL E A SONEGAÇÃO FISCAL.** 2014.

**SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED) – ECF - ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL FISCAL – LUCRO REAL, LUCRO PRESUMIDO E IMUNES OU ISENTAS.** Cuiabá, 2019.

VIEIRA, Flávia Regina Pena; ANJOS, Mayara Abadia Delfino dos. **OS IMPACTOS NAS ROTINAS DO DEPARTAMENTO PESSOAL A PARTIR DO ESOCIAL**. 2019.

ZLUHAN, C. L.; PETRI, S.M.; ROSA, M.M. **Revista de Administração e Contabilidade Volume 9, número 1 Feira de Santana, janeiro/abril 2017, p.24 – 44**. Feira de Santana, 2017. p.26-28.